

Método, reflexividade e ética em processos de pesquisa com jovens

Method, reflexivity, and ethics in research processes with young people

Método, reflexividad y ética en los procesos de investigación con jóvenes

Vitor Sérgio Ferreira <https://orcid.org/0000-0001-8080-9288>¹

Resumo Os desafios político-científicos que atualmente atravessam as ciências sociais e, mais especificamente, a área dos estudos de juventudes, alertam para a necessidade de revalorização do método na produção de ciência e na mediação entre conceito e realidade. Não o método regrado e padronizado tal como é entendido por paradigmas de natureza mais positivista, mas possibilidades metodológicas suficientemente flexíveis, ágeis, criativas e juvenilizadas para lidar com as complexidades dos mundos juvenis contemporâneos. Mais do que a estandarização do método aplicado, a validação da aplicação desses desenhos metodológicos passa pelo desenvolvimento de estratégias reflexivas de acompanhamento que tornem transparente os processos de pesquisa com jovens, nomeadamente em termos de reflexividade metodológica, reflexividade posicional e reflexividade ética. Esta última deve ir além da aplicação da crescente regulamentação jurídica e normativa que tem envolvido a produção de ciência em teias burocráticas, e colocar o pesquisador a si próprio enquanto ser social e a sua prática de pesquisa como prática relacional, implicando relações epistêmicas de co-laboração com os participantes dos estudos.

Palavras-chave Método, Juventudes, Reflexividade metodológica, Reflexividade posicional, Reflexividade ética

Abstract The political-scientific challenges currently facing the social sciences, and more specifically the field of youth studies, highlight the need to redefine the value of the methods in the production of science and the mediation between concept and reality. This is not referent to the regulated and standardized method as understood by more positivist paradigms, but rather to methodological possibilities that are sufficiently flexible, agile, creative, and youthful to deal with the complexities of contemporary youth worlds. More than standardizing the applied method, validating the application of these methodological designs involves the development of reflective monitoring strategies that make the research processes with young people transparent, namely in terms of methodological reflexivity, positional reflexivity, and ethical reflexivity. The latter must go beyond the application of the growing legal and normative regulation, which has entangled the production of science in bureaucratic webs, and place researchers as social beings and their research practice as a relational practice, implying epistemic relations of co-labor with study participants.

Key words Method, Youth, Methodological reflexivity, Positional reflexivity, Ethical reflexivity

Resumen Los desafíos político-científicos que enfrentan actualmente las ciencias sociales, y más específicamente, el campo de los estudios de juventud, resaltan la necesidad de revalorizar el método en la producción científica y en la mediación entre concepto y realidad. Este enfoque no es un método regulado y estandarizado como lo entienden los paradigmas más positivistas, sino posibilidades metodológicas lo suficientemente flexibles, ágiles, creativas y juveniles como para abordar las complejidades del mundo juvenil contemporáneo. Más que simplemente estandarizar el método aplicado, validar la aplicación de estos diseños metodológicos requiere el desarrollo de estrategias de seguimiento reflexivo que transparenten los procesos de investigación con jóvenes, particularmente en términos de reflexividad metodológica, reflexividad posicional y reflexividad ética. Esta última debe ir más allá de la aplicación de las crecientes regulaciones legales y normativas que han envuelto la producción científica en redes burocráticas, y posicionar al investigador como un ser social y su práctica de investigación como una práctica relacional, lo que implica relaciones epistémicas de colaboración con los participantes del estudio.

Palabras clave Método, Juventud, Reflexividad metodológica, Reflexividad posicional, Reflexividad ética

¹ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt 9, 1600 – 189. Lisboa Portugal.
vitor.ferreira@ics.ulisboa.pt

Introdução

A categorias “juventude” e “jovem” têm subsistido na vida social e política prenhes de imagens estereotípicas que, tal como demonstrado por Ferreira¹, as tomam como sujeitos de resistência e de mudança social vs. sujeitos apáticos e desinteressados da política e da participação social; sujeitos de inovação e emancipação vs. sujeitos vítimas de situação de vulnerabilidade e risco; ou ainda como condição problemática, insubmissa e *trouble maker* vs. condição cujo capital humano é imprescindível ao desenvolvimento e ao futuro das nações. Olhares mais atentos e cientificamente conduzidos na área transdisciplinar dos estudos de juventudes têm vindo a des-cobrir a falácia generalista dessas assunções, assinalando as pluralidades culturais e desigualdades estruturais que atravessam os mundos juvenis. A sociologia que tem a Juventude como objeto de estudo sabe, desde Bourdieu², que essa categoria não é mais do que uma palavra, plural nos sentidos que lhe são atribuídos e nas imagens sociais que sobre ela se constroem, a partir de grupos de interesse diferenciados.

Recentemente, muitos representantes desses grupos de interesse, provenientes das esferas do desenho, implementação e monitorização de políticas públicas de juventude, dos ativismos e movimentos sociais, e de esferas profissionais variadas (técnicos de juventude, de serviço social, professores do ensino básico e médio, etc.), têm procurado os bancos das universidades no sentido de fundamentar e validar as suas assunções. Este processo tem se sentido quer na Europa – Portugal incluso – quer na América Latina, nomeadamente no Brasil. No ensino superior, encontram nos instrumentos conceptuais o poder persuasivo e o capital de credibilidade científica que procuravam, sobrevalorizando as aprendizagens teóricas por comparação às aprendizagens metodológicas que lhes são disponibilizadas. Esta postura, sagazmente identificada pelo historiador brasileiro Luís de Gusmão como *fetichismo do conceito* – atitude que leva a “ilações dedutivistas a partir de simples conteúdos conceituais”³ – faz com que, por um passe de mágica, sejam os conceitos a qualificar a cientificidade das explicações e interpretações produzidas.

É aqui que delimito uma ténue fronteira entre a produção de saberes realizada no desempenho do “ofício de cientista”, e os saberes produzidos e partilhados em outras arenas profissionais e sociopolíticas, seja na arena da militância, seja na arena da política mais institucional, pois também

os políticos que atuam nesta esfera do Estado encomendam estudos, constituem eles próprios os seus observatórios, ou vêm frequentar programas de pós-graduação com agendas de pesquisa próprias. É uma fronteira fundamentada no argumento de que é a aplicação do método como dispositivo mediador entre o conceito e a realidade, que define a ciência enquanto forma de produção de conhecimento sobre a realidade, nomeadamente sobre a realidade social. A grande diferença – diria até desigualdade – entre o discurso científico e o discurso opinativo do comentador, o discurso panfletário do político, ou o discurso experiencial do sujeito quotidiano, é a aplicação de métodos e não a operacionalização de conceitos. Sem a mediação dos métodos, os conceitos funcionam mais como rótulos da realidade social, com os respetivos riscos e efeitos perversos, do que como dispositivos de captação e compreensão da realidade social.

Este argumento é tão mais importante quando se vive numa conjuntura onde condições diversas na academia europeia (mas também no Brasil) têm promovido uma situação de progressivo abandono metodológico: desde logo, um contexto onde a pesquisa social tem sido crescentemente subfinanciada e a universidade empresarializada, onde o pesquisador se desdobra entre a *necessidade* de dar um enorme número de aulas e de publicar para não perecer, e a *vontade* de denunciar e corrigir injustiças e desigualdades sociais com o que tem mais à mão, caindo na tentação de recorrer aos conceitos e imaginar que, pela sua utilização proficiente, está a fazer ciências sociais.

Não é por acaso que cada vez mais se assiste à publicação de artigos baseados em discussões meramente teóricas, muitas vezes num tom de denúncia social, mas com pouca adesão à complexidade e diversidade das realidades sociais que pretende focar. Ou que encontramos teses onde as revisões de literatura ocupam mais espaço do que a demonstração de resultados, cultivando a ilusão da dissertação como demonstração de conhecimento, mais do que produção de conhecimento. Ou ainda nos deparamos com trabalhos que confundem *pensamento crítico* com pensamento antagónico em relação àquilo de que se discorda por motivos ideológicos – quando na verdade pensamento crítico, nas ciências sociais, é o pensamento que conduz à revisão de interpretações científicas vencidas por novas descobertas empíricas, que mostram as insuficiências que há na ciência e trazem novas questões desafiadoras do conhecimento existente.

Deste caldo de desafios político-científicos, quem fica a ganhar são os produtores de *fake news* na era digital em que se vive. Isso foi evidente durante a pandemia de COVID-19, uma conjuntura onde vários atores individuais e coletivos populistas se dedicaram a produzir e promover notícias falsas e teorias da conspiração^{4,5}, nomeadamente sobre jovens e os seus comportamentos supostamente de risco para as relações intergeracionais por via das práticas hedonistas e convivalistas que lhes eram atribuídas⁶.

Neste contexto, urge reestabelecer a credibilidade da ciência enquanto conhecimento válido e relevante, cuja produção depende de uma formação longa e preparação exigente, de natureza teórica e metodológica. Reconhecer, evidenciar e valorizar a contribuição do método na construção e na validação de conhecimento em tempos de “pós-verdade”⁷, negociando relevâncias entre agendas de pesquisa e agendas políticas na área das juventudes, e promovendo uma ética de co-laboração entre pesquisadores e pessoas jovens, será com certeza uma arma poderosa para combater populismos, *fake news* e teorias conspirativas, como se argumentará ao longo deste artigo.

Elogio ao método e aos métodos *youth-friendly*

Um dos maiores desperdícios da situação de abandono metodológico identificada é o esbanjamento das oportunidades de construção de novo conhecimento permitidas em processos de pesquisa empírica metodologicamente orientados. Enquanto professores, orientadores ou avaliadores de revistas científicas, muito frequentemente encontramos trabalhos onde as realidades que emergem das falas e observação dos interlocutores passam ao lado do pesquisador, por ele já ir armado dos seus pré-conceitos (ou seja, conceitos não testados no contexto da sua interlocução), tentando fazer *na* sua praxis de pesquisa a *realização* desses conceitos, e não – como deveria – fazer *da* sua praxis de pesquisa a *derivação* desses conceitos⁸. Estas são situações que dão azo a uma ciência *en-quadrada*, cercada e defensiva, seca e esgotada.

A meu ver, inspirado em Pais⁹, o propósito da ciência é resolver *enigmas*, sendo que só através das lentes de um método o cientista vai além da superfície e consegue *des-cobrir* as várias camadas da realidade enigmática que se propõe estudar. Quando se opta por um desenho de pesquisa, está a optar-se por uma for-

ma de articulação entre problemática teórica e inquirição empírica. Ou seja, está a optar-se por uma certa parcela e versão da realidade, de preferência ainda submersa. A escolha da realidade a analisar acontece exatamente *quando se escolhe o método*, enquanto conjunto articulado de procedimentos e técnicas que delimitam e tocam a realidade. Assim sendo, os conceitos que resultam da mediação entre enigma e método é que vêm expor a realidade, não sendo necessariamente realidade o que resulta apenas e diretamente da aplicação do conceito.

Se usados sem a mediação do método, os conceitos perdem o seu estatuto decifrador e tornam-se categorias sociais que podem não apenas acobertar camadas importantes do real, como viabilizar a sua reprodução e disseminação deformada, e entrar no domínio das profecias autorrealizadas e dos discursos autossuficientes. O que acontece, em grande medida, com estudos que pretendem analisar práticas e formas de vida juvenis com base em categorias amplas e uniformizadoras, como as categorias que pretendem qualificar gerações e como ponto de partida (e de chegada...) conceptual, como discutido por Ferreira¹⁰.

Ao invés, se partimos das premissas da pluralidade e desigualdades das condições, experiências e ações sociais dos jovens (condições etárias, de género, de classe social, de condição racial, étnica, religiosa, entre outras), através de métodos de investigação adequados e coerentes com o enigma que se pretende resolver e com os participantes nele implicados, podemos encontrar na sociologia da juventude uma sociologia das *revelações* das possibilidades de transformação social, mas também uma sociologia das *reiteraões*, no que muitos jovens expressam de revitalização do mesmo sob capas fingidamente novas, ou ainda uma sociologia das *reproduções*, do repetitivo, do mimético, do social naturalizado e dado por adquirido.

Pessoalmente, sempre encarei a pesquisa sobre jovens e juventudes como um barómetro para a captação de tendências sociais emergentes em várias dimensões da vida quotidiana. Não descurando o foco nas continuidades e nas forças de reprodução social a que estão sujeitos, muitas vezes apenas sob “novas roupagens”, os mundos juvenis configuram, de facto, laboratórios que desafiam constantemente as ciências sociais quer de um ponto de vista teórico – estimulando a criação de novos conceitos para a compreensão e explicação de novas realidades – quer de um ponto de vista metodológico – ativando a necessidade de criar novos instru-

mentos (ou reequacionar os mais ortodoxos) de captação e decifração dessas mesmas realidades.

A pluralidade de experiências e situações sociais, as incertezas e indecisões nas expectativas, a instabilidade e provisoriiedades nos projetos, as reversibilidades e contrariedades nas itinerâncias, a visualização e digitalização massiva das existências (dos ambientes, dos corpos e das práticas), constituem novos *desafios* na vida social dos jovens que impelem a novas *tendências* de investigação em termos de aproximações teóricas e de desenhos de pesquisa.

Neste contexto, como discutido por vários autores¹¹⁻¹⁴, é legítimo questionar a capacidade do método tal como é entendido por paradigmas de natureza mais positivista – tomado como conjunto de regras e técnicas metodológicas a seguir de forma padronizada, sistemática e supostamente impessoal enquanto garantia de um suposto estatuto de neutralidade científica –, em lidar com as novas realidades e as complexidades do mundo contemporâneo com que as pessoas jovens se defrontam, em compreender e explicar as suas tensões e contradições, em abraçar as suas instabilidades, ambiguidades, incertezas, em encarar a sua efemeridade, fugacidade e fluidez e, em última instância, em capturar o desconhecido sem cálculos de previsibilidade e resultados esperados.

Existem efetivamente sérios riscos em seguir à risca os caminhos em linha reta sugeridos por manuais de metodologia, nomeadamente quando temos pela frente pesquisas com jovens e sobre realidades juvenis em termos de saúde sexual e reprodutiva, área ainda dominada por imperativos metodológicos importados dos modelos biomédicos, estandardizados e positivistas. Ir armado de certezas teóricas e regras metodológicas para enfrentar as aventuras que os mundos juvenis hoje convocam, refugian-do-se no seguidismo de métodos mais padronizados, é meio caminho andado para se andar em círculo e chegar-se onde já se conhece. Há a necessidade de criativizar e juvenilizar métodos, no sentido de os tornar mais *youth-friendly*¹⁵, isto é, mais ágeis a lidar com os jovens contemporâneos e a natureza aparentemente caótica das suas vidas vividas.

O método é um caminho a seguir, entre inúmeros possíveis, para responder a uma questão de partida. Corresponde a um conjunto de procedimentos técnicos articulados entre si no sentido de descobrir um *enigma*, integrado num desenho de pesquisa que se consubstancia num conjunto de opções e de decisões que vão sendo tomadas pelo pesquisador, e que tem como

finalidade resolver um problema teórico (por vezes, também um problema social) em défice de explicação e/ou compreensão, ancorado num determinado terreno empírico.

Assim, a cada novo desafio colocado pelo terreno, um novo método ou desenho de pesquisa precisa ser (re)inventado. Novas realidades do mundo contemporâneo fazem emergir novas questões de partida, novas áreas de problematização, novos terrenos de mineração de dados empíricos, e novas formas de produção e gestão desses dados. Para que estas novas condições resultem em formas adequadas de explicação e compreensão sociológica, há que mobilizar novos caminhos metodológicos, sempre com criatividade, reflexividade e pragmatismo.

Esses são caminhos que se fazem caminhando. Por outras palavras, são caminhos que devem ser suficientemente flexíveis para se irem adaptando a novas questões que vão emergindo no terreno, devem ter a capacidade de (se) experimentar, de correr riscos, de improvisar, de voltar atrás e tomar novos rumos, até de errar (e de revelar e discutir esses erros), para que se encontrem as melhores formas de capturar as complexidades dos mundos juvenis de hoje.

Reflexividade metodológica e posicional e a juvenilização de técnicas clássicas

A criatividade e inovação metodológica nos caminhos de pesquisa com jovens, note-se, não deve ser um fim em si mesmo, mas uma resposta exigida pelos novos desafios colocados no terreno, a avaliar considerando a utilidade em explorar aspetos do mundo social que, de outro modo, não seriam conhecidos, ou seriam de acessibilidade mais difícil, como os corpos, a intimidade e as sexualidades juvenis, áreas de estudo comuns no campo da saúde sexual e reprodutiva. Nesta perspetiva, arejar a ortodoxia metodológica não passa obrigatoriamente por deixar para trás métodos e técnicas clássicas, mas de adaptá-los criativamente, renová-los, torná-los *youth-friendly* para que a possibilidade dos jovens em participar numa pesquisa lhes pareça atrativa, interessante e credível.

Num mundo onde as vozes juvenis raramente modelam os discursos públicos produzidos em torno das categorias *adolescência* ou *juventude* (onde ressoam com maior legitimidade as vozes de figuras como pais, professores, médicos, psicólogos e outros “especialistas”, técnicos de juventude, decisores políticos, etc.), conversar com jovens e ouvir as histórias que têm para contar na sua própria voz, continua a

ser uma forma privilegiada de entrar nas suas vidas, de compreender as suas experiências vividas e realidades subjetivas. É neste sentido que técnicas dialógicas clássicas como a entrevista individual e o grupo de discussão, usadas isolada ou articuladamente^{16,17}, continuam a fazer sentido em pesquisas sobre mundos juvenis. Há, no entanto, que atentar para a melhor forma de as operacionalizar e de sobre elas refletir.

As conversas proporcionadas por entrevistas individuais ou em grupo com adolescentes e jovens são práticas dialógicas de interação social que, para produzirem *realidades narradas*¹⁸ densas, credíveis e consistentes, têm de levar em conta as particularidades dos lugares sociais de ambos os interlocutores, sujeitos entrevistados e entrevistadores, bem como dos respetivos contextos de produção das narrativas. Nesta perspectiva, nos percursos metodológicos de pesquisas concretas, importa discutir e refletir sobre *quem* pergunta, *quem* responde e *como* se lhe acede, o *que* perguntar e *como* perguntar, no sentido de avaliar se as estratégias empregues permitem (ou não) que as entrevistas e os grupos de discussão fluam como conversas juvenis quotidianas, de garantir que as realidades narradas no decorrer das mesmas o sejam de forma mais sincera e confortável possível, e de driblar e/ou enfrentar os potenciais efeitos perversos decorrentes das posições específicas (estatutárias, de idade, género, classe social, etc.) inerentes ao processo dialógico e interativo entre entrevistador e entrevistado(s).

Por outras palavras, importa fazer um exercício de constante *reflexividade metodológica* em torno das várias opções e decisões tomadas no caminho de pesquisa, e justificando cada passo e como ele é coerente com o passo anterior (mesmo que imprevisível). Isto implica ir além do tom meramente descritivo característico de muitos capítulos metodológicos, quando se limitam a enunciar as técnicas usadas e a enumerar algumas características dos interlocutores a elas sujeitos. Implica dar testemunho das formas como se enfrentaram metodologicamente os desafios a que fomos sendo expostos nos processos de pesquisa, e como foram sendo resolvidos (ou não). Esses testemunhos tomam a forma de *insights* reflexivos que tornam transparentes as decisões (e indecisões) subjacentes ao processo de produção de dados empíricos.

Por outro lado, ao exercício de constante *reflexividade metodológica*, deve juntar-se um exercício de *reflexividade posicional* sobre os efeitos da presença de sobre si nos contextos de pesquisa empírica. Quem pesquisa está em

relação social, não sendo neutros os efeitos da sua presença nas condições de aplicação e operacionalização do método. Efeitos não apenas do saber-fazer enquanto cientista, resultantes das várias decisões que vai tomando no decorrer da pesquisa empírica, mas também enquanto pessoa e corpo que pesquisa, nos vários estatutos ou posições que assume e que lhe são atribuídos pelos seus interlocutores, e que não deixam de afetar o processo de pesquisa e os seus resultados.

O corpo do pesquisador, enquanto recurso que operacionaliza métodos e técnicas, não é um recurso de pesquisa neutro. E a sua *capa*¹⁹ de cientista não o protege de sentir emoções no terreno que investiga, nem o torna invisível aos olhos de quem com ele se relaciona. Enquanto pesquisadores com jovens, somos adultos, académicos, vestimos e falamos de determinadas maneiras, atribuem-nos cor e género, colocando-nos em lugares sociais diversos, em geral lugares de autoridade e privilégio relativamente aos lugares sociais dos jovens com quem interagimos. Também estes, não tenhamos dúvidas, são objeto de atribuições e reações várias aos nossos olhos e emoções durante o trabalho de pesquisa, antes e durante o trabalho de terreno.

Como discutido por muitos autores^{20,22}, quer nas decisões teórico-metodológicas que são tomadas sobre o quê, como, onde, e com quem trabalhar, quer na forma como é conduzido o trabalho de campo, estão sempre implicadas características pessoais e experiências biográficas do pesquisador, os seus atributos sociais (de idade, género, orientação sexual, classe social, estatuto profissional, estatuto de cidadania, nacionalidade, tradições linguísticas, crenças religiosas, políticas e ideológicas, se é reconhecido como *insider* ou *outsider* nos terrenos onde se move, etc.), as representações que tem sobre o seu terreno de estudo, os estados de alma e respostas emocionais face aos interlocutores, os modos de apresentação de si e a forma como são recebidos e interpretados, os estereótipos e expectativas que sobre si recaem, as posições de poder que lhe são reconhecidas ou não no terreno pelos interlocutores com que se relaciona, etc.

Sejam vantajosos ou limitativos, sempre que possível é importante reconhecer, clarificar e discutir esses efeitos, tantas vezes camuflados por entre as naturalizações da presença de si no terreno. A reflexividade posicional assume assim a forma de auto-consciência, de auto-escrutínio, de auto-monitorização deliberada sobre o modo como as nossas posições e pré-concepções auto ou hétero atribuídas podem ter influência na condução do processo de pesquisa e, conse-

quentemente, nos dados e resultados a partir dele produzidos.

Nesta ótica, a fiabilidade dos dados narrativos (ou de outras naturezas observacionais ou visuais) produzidos em conversas com e entre jovens, não está associada a um suposto estatuto de neutralidade e impessoalidade garantido pelo método, mas, ao invés, à estratégia de objetivação com rigor e transparência por parte do próprio pesquisador das condições de produção social dos resultados a que chegou, identificando e fundamentando as várias opções e decisões que foi tomando no curso de ação subjacente ao processo de pesquisa, bem como as posições que foi assumindo ao longo do mesmo.

A visualização das existências juvenis e técnicas de co-criação de pesquisa

As experiências sociais e símbolos culturais que modelam as vidas e as identidades juvenis contemporâneas não são apenas mediados pela palavra, em conversas presenciais, face-a-face. Essas experiências e símbolos são também, hoje mais do que nunca, partilhados através de imagens e em meios sociais de grande amplitude, como o ciberespaço, onde corpos, identidades de género e sexualidades, entre outros temas associados à área sexual e reprodutiva dos jovens tradicionalmente remetidos para a esfera privada, ocupam espaços públicos de formas variadas, gerando discursos e discussões políticas em torno de identidades, moralidades, modos e estilos de vida. Os jovens de hoje não são tão invisíveis e inaudíveis como antes. De facto, dão-se a ver, a ouvir e a ler como nunca aconteceu. Desde muito cedo, cada vez mais crianças, adolescentes e jovens estão quotidianamente rodeados de ecrãs de diferentes naturezas e dimensões, tendo acesso a dispositivos eletrónicos que lhes coloca à disposição todo um conjunto de aplicações que medeiam as suas sociabilidades e socializações, configurando os seus mundos e as suas visões do mundo^{23,24}.

Dispositivos materiais – com conteúdos de natureza biográfica, como os diários ou os álbuns fotográficos; de natureza grupal, como os fanzines ou os jornais da escola; ou de natureza comunicacional, como os telefones fixos ou as rádios-piratas, foram sendo substituídos por aplicações imateriais e plataformas digitais como os *social media*, *chats*, *blogs*, *flogs*, *vlogues* ou canais de transmissão de vídeo (*Youtube*, *Instagram*, *Twitch*, *Tik Tok*), de música (*Soundcloud*), ou de palavra (*podcast*), onde conteúdos e práticas da mesma natureza são reproduzidos

em larga escala. Através deles os jovens divertem-se, sociabilizam, comunicam, compram, vendem, estudam, trabalham, informam-se, argumentam, protestam, manifestam as suas opiniões, exibem as suas dúvidas, as suas competências e as suas existências, partilham afetividades e afinidades estéticas e éticas, imagens de si e dos seus, momentos e situações de vida, expondo-se a reações e comentários de tod@s a que dão acesso. As redes digitais instituem-se em paralelo às redes presenciais, ainda que mais abrangentes e complexas que as socialidades face-a-face, e são instituídas novas práticas sociais e culturais nos quotidianos juvenis.

A participação massiva de jovens em ambientes *online* desde a sua infância, onde passam larga parte do seu tempo quotidiano, tem constituído um desafio teórico e metodológico nos estudos de juventudes, fazendo emergir novas realidades sociais que geram novos dados (o digital como terreno de investigação) e formas de produzir dados (o digital como ferramenta de pesquisa), que requerem novos métodos de investigação e desafiam éticas tradicionais de pesquisa quando os limites entre público/privado/intimidade se esboroam. Entre os vários tipos de dados empíricos e novas formas da sua produção potenciados pelo uso intensivo de tecnologias digitais, estão os dados visuais e as técnicas e tecnologias que os produzem, os sistematizam ou os desdobram em novos dados. A democratização relativa da câmara fotográfica e de vídeo, tecnologias incorporadas em telemóveis inteligentes e outros *gadgets*, promoveu o uso social intenso e abrangente da imagem (fotográfica ou em movimento) entre jovens.

A hipótese da divulgação fácil, instantânea e ampla das imagens (produzidas por si ou por outrem) nos mundos digitais, veio consagrar a sua relevância social e simbólica nas sociabilidades juvenis, vendo nelas ganhos de existência e popularidade entre pares. A tendência para *visualizar a existência*²⁵ é omnipresente no quotidiano dos jovens, em vivências cada vez mais mediadas por imagens de si e partilhadas entre si para comunicarem o que são (ou o pretendem dar a ver que são) individual e socialmente. O gosto pela imagem e as competências tecnológicas e visuais partilhadas nos mundos juvenis, potencia assim o recurso à fotografia e ao vídeo, simultaneamente, como *terreno* e *dispositivo* de investigação nos estudos de juventude.

Enquanto terreno de estudo, as imagens são olhadas como inscrições visuais que exprimem significados e retratam realidades sociais suscetíveis de análise e interpretação, onde investi-

mentos, práticas de modificação e manutenção corporal e outros usos dos corpos juvenis ganham destaque. Tal acontece considerando-as em si próprias como objeto de análise, e/ou tomando-as na sua capacidade evocativa, quando utilizadas como elemento despoletador de discurso e de comunicação entre diversos interlocutores – como vem acontecendo com a técnica de *photovoice*, técnica de elicitación de discurso.

Como dispositivo de investigação, as imagens têm vindo a ser usadas como objeto de produção por parte dos sujeitos estudados, assumidos não apenas como produtores de objetos estéticos, mas também como colaboradores ativos no próprio processo de investigação. Tal acontece quando o pesquisador mobiliza o gosto e as competências tecnológicas e visuais dos interlocutores no sentido de fazerem, eles próprios, as suas reportagens fotográficas ou filmes sobre o tema objeto de análise.

Desta forma, o pesquisador não só tem a possibilidade de aceder às narrativas visuais construídas pelos próprios interlocutores sobre os temas que lhes são dados, como tem a possibilidade de aceder a perspetivas e detalhes que, de outra maneira, lhe seriam de difícil acesso, ou por não lhes dar a devida relevância no contexto em estudo, ou por o seu acesso lhe ser vedado à partida (como os quartos, ou determinados lugares-brechas para práticas marcadamente juvenis, etc.), potenciando assim, visualmente, a riqueza da estratégia etnográfica realizada em co-criação pelos próprios jovens e não constrangida pelo ponto de vista focado pelo olhar do investigador.

Esta postura implica um alinhamento com a lógica das atuais metodologias participativas de pesquisa. De um ponto de vista epistemológico, este paradigma metodológico vai além da assunção dos jovens como interlocutores privilegiados na narração sobre si próprios, sobre as suas experiências e os seus mundos. É um dado adquirido que todas as estratégias metodológicas acionadas os deve tomar como protagonistas dos processos de pesquisa, enquanto narradores ativos das suas experiências e conhecedores melhor que ninguém dos mundos em que vivem.

A assunção por parte do investigador de uma postura compreensiva e de escuta ativa, de proximidade com as diversas formas juvenis de estar e narrar o mundo, sem imposição de categorias e de seqüências narrativas ou visuais, potencializa a atenuação das relações de poder no processo de pesquisa, a compreensão mútua entre pesquisador e participantes de pesquisa, bem como as necessárias condições de confian-

ça, empatia, segurança e envolvimento de jovens nos processos de pesquisa, com interesse mútuo entre todos os envolvidos, pesquisadores e interlocutores. É neste sentido que se pode falar de uma ética *de co-laboração e de co-criação* de conhecimento relevante entre todas as partes envolvidas no decorrer da pesquisa, postura essa que poderá atenuar a profunda desigualdade epistémica existente entre pesquisadores (em geral académicos e adultos) e jovens participantes nos estudos, bem como os impactes que tal desigualdade pode causar nos resultados científicos.

Por uma ética de co-laboração com jovens

O atual *ethos* participativo na pesquisa tem-se alargado muito além desta configuração epistemologicamente compreensiva, nomeadamente através do desenvolvimento dos conhecidos “métodos participativos”. Estes não se limitam ao gesto de dar a voz e ouvir as preocupações e experiências juvenis a partir das suas categorias e formas discursivas. São métodos que também, e sobretudo, solicitam o envolvimento dos jovens nas ações e decisões metodológicas, ao longo das várias fases do processo de pesquisa, como colaboradores ativos na pesquisa e coprodutores de conhecimento mutuamente relevante. Têm como premissa encontrar formas de envolvimento dos jovens como sujeitos ativos na pesquisa e não como objetos passivos de pesquisa – o que, na prática, remete para muitas formas de participação possível, em fases diferenciadas (desde a definição do objeto de estudo até à própria análise e interpretação dos dados), e com maior ou menor capacidade de intervenção juvenil no decorrer do processo de pesquisa²⁶.

O meu argumento aqui, todavia, não vai no sentido de se privilegiar desenhos de pesquisa que tenham de passar pela aplicação de métodos participativos, mas sim de privilegiar como orientação ética algumas das premissas desses métodos, como seja encontrar formas de envolvimento dos interlocutores como sujeitos ativos na pesquisa e não como meros objetos passivos de investigação – o que, na prática, remete para muitas formas de co-laboração possível na co-criação de conhecimento mutuamente relevante, em fases diferenciadas (desde a definição do objeto de estudo até à própria análise e interpretação dos dados), e com maior ou menor capacidade de intervenção no decorrer do processo de pesquisa²⁷.

Em geral, a participação de jovens tende a ser colocada sobretudo ao nível do seu envolvi-

mento no processo de produção de dados, nomeadamente de narrativas, recorrendo a pessoas jovens como entrevistadores ou facilitadores de conversas, ou de imagens, onde algumas técnicas visuais não são aplicadas pelo pesquisador, mas pelos próprios jovens. Mas também de outras técnicas associadas ao fazer criativo, como fazer artes, oficinas, documentários, blogs, canais de Youtube, enfim, o que se quiser, com a perspectiva de co-produzir resultados que passam sempre pela colaboração coletiva entre interlocutores e pesquisadores. Nesta perspectiva, o uso metodologicamente *youth-friendly* implica também a adoção de métodos e técnicas que tornem o processo de pesquisa mais inclusivo e participativo e, desta feita, mais atrativo a pessoas jovens. Implica o reconhecimento, a valorização e a integração da pessoa jovem como *sujeito de* pesquisa e não como *sujeito à* pesquisa, numa atitude epistémica de produção de conhecimento colaborativo *com e entre* os jovens²⁸.

Trata-se, portanto, de uma ética que enfatiza a *relacionalidade* presente no processo de construção de conhecimento, uma vez que reconhece explicitamente que todos – académicos e não académicos – colaboram para investigar uma questão cujo interesse partilham, e cujos resultados ou respostas são realidades sempre compreendidas e interpretadas através das experiências destas pessoas umas em relação com as outras. Desta forma, é desconstruída a clivagem hierárquica presente em processos tradicionais de alteração científica – ou seja, a clivagem entre quem produz o conhecimento e “os outros” – já que, de facto, o conhecimento é sempre produzido na relação mútua e interessada de todos os participantes.

É nesta perspectiva que o paradigma de investigação co-laborativa pode constituir mais uma orientação ética do que um conjunto de métodos pré-adotado em determinadas abordagens metodológicas. Sobretudo num contexto onde os paradigmas dominantes tradicionais continuam a reproduzir a crença no estatuto “neutro” e “asocial” do cientista no processo de pesquisa, entendimento que continua a dominar nas áreas de influência bio-médica, nomeadamente no campo da saúde sexual e reprodutiva. Ao reconhecer-se e pôr-se em prática uma ética da co-laboração na produção de conhecimento, através do envolvimento ativo, inclusivo e negociado de jovens no decorrer do processo de pesquisa com juventudes, co-criando objetivos, instrumentos de pesquisa, ou até mesmo partilhando o lugar de pesquisador na produção e interpretação de dados, haverá com certeza mais

possibilidades de o conhecimento se tornar mutuamente relevante entre académicos e não académicos, adultos e jovens^{29,30}.

Considerações finais

A relacionalidade intrínseca à ética de co-laboração que advogo para os métodos *youth-friendly* remete para um exercício de reflexividade ética que vá além da regulamentação jurídica e normativa que tem vindo a sobrepor-se às orientações previamente prescritas pelos códigos de ética desenvolvidos quer nas áreas da saúde, quer por muitas associações nas áreas das ciências sociais³¹. Mais do que fazer subsumir os atuais dilemas e desafios éticos por entre procedimentos burocráticos, refletir sobre a ética de pesquisa envolve refletir criticamente sobre os objetivos, os processos e as implicações da investigação sobre os interlocutores em termos de eventuais danos e benefícios de vária ordem, ao longo de todas as fases da pesquisa, desde o seu desenho à sua divulgação e comunicação para públicos diversos. Nesse processo, é importante articular a reflexividade ética às reflexividades metodológica e posicional, na medida em que os principais desafios éticos da prática de pesquisa ocorrem nas interações de pesquisadores com os participantes nos encontros de pesquisa, na forma como estes são envolvidos voluntária e conscientemente no estudo, como se lhes dirigimos, o que deles solicitamos, como lhes fazemos perguntas e sobre o quê.

Colocar o pesquisador a pensar-se a si próprio enquanto ser social e a pensar a sua prática de pesquisa como prática relacional implica, num plano ético, ter atenção acrescida às desigualdades de poder e às injustiças epistémicas presentes nas relações entre investigadores(es) e sujeitos pesquisados^{32,33}. A ação do pesquisador não é neutra no desenvolvimento de questões de partida, objetivos e ideias que fundamentam um projeto de investigação à partida, tal como também não o é na implementação dessas ideias e pressupostos no terreno, e no contacto com os sujeitos da pesquisa. Os encontros de pesquisa põem em contacto pessoas com posições sociais diferentes e frequentemente desiguais, podendo criar fricções e tensões ligadas a questões de classe social, género, idade, “raça” ou “etnia”, orientação sexual, neuro-diversidade, entre tantas outras posições sociais atribuídas a investigadores e a interlocutores.

A proveniência académica tende a colocar o pesquisador numa posição de autoridade e de

privilegio relativamente aos seus interlocutores³⁴: se no caso do pesquisador, a sua ancoragem a uma cultura escrita e os seus diplomas lhe concedem poder simbólico e social no sentido de gerir as vozes que emergem na pesquisa, no caso dos interlocutores, estes são muitas vezes sujeitos a múltiplas situações de vulnerabilidade que acrescem à própria situação de vulnerabilidade epistémica. Ora, a *reflexividade ética* implica explicitar e compreender como as posições sociais do pesquisador dinamizam e, idealmente, atenuam estas múltiplas dimensões de

desigualdade na forma como a pesquisa é projetada e conduzida, na forma como nela se fazem perguntas ou se observam situações sociais, na forma como a partir dela se produzem análises e interpretações, no sentido de, em todos esses passos, assegurar condições de confiança mútua, empatia interpessoal, cuidado e segurança perante riscos, de comunicação não violenta (nomeadamente no nível e tipo de linguagem utilizado), e de co-laboração na identificação e aprofundamento do *espaço dos pontos de vista*³⁵ dos interlocutores no processos de pesquisa.

Declaração de disponibilidade de dados

As fontes de dados utilizados na pesquisa estão indicadas no corpo do artigo.

Referências

1. Ferreira VS. Imagens e políticas de juventude na viragem neoliberal. In: Oliveira VHN, organizador. *Debates Sobre Juventudes*. Porto Alegre: GEPJUVE; 2023. p. 214-236.
2. Bourdieu P. *Questions de Sociologie*. Paris: Editions de Minuit; 1984.
3. Gusmão L. *O fetichismo do conceito*: limites do conhecimento teórico na investigação social. Rio de Janeiro: Topbooks; 2012.
4. Bertuzzi N. Conspiracy theories and social movements studies: A research agenda. *Soc Compass* 2021; 15(12):1-16.
5. Gerbaudo P. *The Mask and the Flag*: Populism, Citizenism and Global Protest. London: Hurst Publishers; 2017.
6. Gouveia R, Almeida AN, organizadoras. *Vidas confinadas*: famílias, quotidianos e vulnerabilidades sociais no início da pandemia COVID-19 em Portugal. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; 2022.
7. McIntyre L. *Post-truth*. Cambridge: MIT Press; 2018.
8. Martins JS. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus; 1997.
9. Pais JM. *Sociologia da Vida Quotidiana*. Teorias, métodos e estudos de caso. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; 2002.
10. Ferreira VS. Jovens e gerações em tempos de crise: entre Portugal e o contexto global. In: Colaço V, Germano I, Miranda L, Barros JP, organizadores. *Juventudes em Movimento*: Experiências, Redes e Afetos. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, Universidade Federal do Ceará; 2019. p. 34-68.
11. Pais JM. Durkheim: das Regras do Método aos métodos desregrados. *Análise Soc* 1995; 30(131-132):239-263.
12. Law J. *After Method*. Mess in Social Science Research. Londres: Routledge; 2004.
13. Kara H. *Creative Research Methods in the Social Sciences*. Bristol: Policy Press; 2015.
14. St. Pierre EA. Post-Qualitative Inquiry, the Refusal of Method, and the Risk of the New. *Qualitative Inquiry* 2021; 27(1):3-9.
15. Heath S, Walker C, organizadores. *Innovations in Youth Research*. Londres: Palgrave Macmillan; 2012.
16. Ferreira VS. Artes e manhas da entrevista compreensiva. *Saude Soc* 2014; 23(3):979-992.
17. Ferreira VS, Raimundo A. Conversas entre jovens: o uso youth-friendly de grupos focais. In: Ferreira VS, organizador. *Pesquisar Jovens*. Caminhos e desafios metodológicos. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; 2017. p. 57-89.
18. Gubrium JF, Holstein JA. *Analyzing Narrative Reality*. London: Sage; 2009.
19. Clark JN. *Post-research reflexivity in qualitative research*: Through cloaks and cross-threading. *Qualitative Res* 2023; 24(4):1076-1085.
20. Adeagbo MJ. 'An outsider within': considering positionality and reflexivity in research on HIV-positive adolescent mothers in South Africa. *Qualitative Res* 2021; 21(2):181-194.
21. Bilotta N. A critical self-reflexive account of a privileged researcher in a complicated setting: Kakuma refugee camp. *Res Ethics* 2021; 17(4):435-447.
22. Folkes L. Moving beyond 'shopping list' positionality: Using kitchen table reflexivity and in/visible tools to develop reflexive qualitative research. *Qualitative Res* 2023; 23(5):1301-1318.
23. Bennett A, Robards B, organizadores. *Mediated Youth Cultures*. The Internet, Belonging and New Cultural Configurations. London: Palgrave Macmillan; 2014.
24. Feixa C. *De la Generación@ a la #Generación*. La Juventud en la Era Digital. Barcelona: NED; 2014.
25. Mirzoeff N. *An Introduction to Visual Culture*. London: Routledge; 1999.
26. Agbontean V, Greeney T, Larkins C, Lezdkalne B, Roy A, Sheehan D, Smith E, organizadores. Deepening collaborative research with children and young people: A co-edited and co-written special issue. *Childhood* 2024; 31(3):267-277.
27. MacLachlan A, Pemmasani P, Jamieson-Mackenzie I, McMellon C, Cunningham E, Lewis R, Tisdal E. Applying co-production principles in research: Reflections from young people and academics. *Childhood* 2024; 31(3):309-328.
28. Morch S. Researching youth life. In: Mixed Methods in Youth Research, Helve H, organizadora. *Tampere: Juvenes Print*; 2005. p. 29-56.
29. Chaffee R, Todd KT, Gupta P, May S, Abouelkheir M, Lagodich L, Wang J, Murphy C, Lawrence X. Methods for Co-researching With Youth: A Cross-Case Analysis of Centering Anti-Adultist Frameworks. *Int J Qualitative Methods* 2024; 23:1-18.
30. Paterson-Young C, Adhikari J, Lee L, Maher M, Wright LHV. Creating ownership: Strengths and tensions in co-production with children, young people, and adults across contexts. *Childhood* 2024; 31(3):329-348.
31. Hammersley M, Traianou A. *Ethics in qualitative research*. Controversies and contexts, Los Angeles: Sage; 2012.
32. Frers L, Meier L. Hierarchy and inequality in research: Practices, ethics and experiences. *Qualitative Res* 2022; 22(5):655-667.
33. McIntosh S, Wilder R. Toward Epistemically - Just Research: A Methodologies Framework. *Cultural Studies Critical Methodologies* 2023; 23(3):235-245.
34. Le Bourdon M. Confronting the Discomfort: A Critical Analysis of Privilege and Positionality in Development. *Int J Qualitative Methods* 2022; 21:1-8.
35. Bourdieu P. *La misère du monde*. Paris: Seuil; 1993.

Artigo apresentado em 30/07/2024

Aprovado em 21/05/2025

Versão final apresentada em 23/05/2025

Editores-chefes: Maria Cecília de Souza Minayo, Romeu Gomes, Antônio Augusto Moura da Silva, Vania de Matos Fonseca